

Educação para o século 21 - o que falta aprender

Cláudia Costin

O Estado de São Paulo, 23.9.2014

O Brasil vem avançando de forma importante no Pisa, mas ainda está numa posição frágil.

A divulgação dos resultados do Pisa - teste internacional de qualidade da educação organizado pela OCDE - no final de 2013 trouxe mais dúvidas do que respostas. Aparentemente, os países asiáticos vêm avançando em ritmo acelerado, disputando as primeiras posições no ranking (embora, no caso chinês, a participação que lhe rendeu o primeiro lugar foi como cidade, e não como país). A Finlândia continua a recuar, embora ainda esteja entre os melhores do Pisa, os Estados Unidos colocam-se em posição desfavorável para a primeira economia do mundo e os países da América Latina estão, muitos deles, entre os últimos colocados. O Brasil vem avançando de forma importante, especialmente em Matemática, mas ainda se mantém em posição frágil (57.^o entre 65 países).

Não parece haver, entre os 65 países que participaram do Pisa, nenhuma relação consistente entre investimento em educação como proporção do PIB, salário do professor e resultado no exame. O que, então, explica o sucesso ou o insucesso de cada país?

Muitas das respostas refletem situações específicas de cada um, como coesão social, anos de escolaridade dos pais, o valor dado à educação pela sociedade. A Finlândia combina vários desses fatores e muitos países asiáticos têm a tradição de valorizar não só a educação em abstrato, mas também a figura do professor e a importância do sucesso escolar como motivo de orgulho da família.

Mas isso não é suficiente. A Finlândia, no passado, teve resultados menos positivos, mesmo já tendo muitas dessas condições favoráveis. Mas decidiu agir. Há pouco mais de 40 anos definiu uma estratégia para fazer avançar a educação. O primeiro passo foi valorizar o professor, mas não o fez como um discurso abstrato, centrado apenas em salários ou planos de carreira. Mudou a forma como professores são preparados para o exercício da profissão: reformulou as licenciaturas, associando-as ao ensino de uma prática concreta (como funcionam, por exemplo, os cursos de Medicina), e não à ênfase que tinham na época em fundamentos da educação, e tornou mais rígido o acesso a esses cursos e, mais ainda, à profissão. A educação deu um salto enorme no país, que, aliás, paga ao professor menos que a outros profissionais de igual escolaridade. Observe-se que o país não tem, nem de perto, o salário mais alto da OCDE, pagando menos que Portugal e Espanha, que apresentam desempenho bem inferior em Matemática e leitura.

O Vietnã é outro caso. Vindo de uma guerra que devastou seus já reduzidos recursos, o país investiu em educação, assegurando acesso e qualidade, por meio de material de apoio aos professores, incluídos livros didáticos, construção de escolas e estabelecimento de um currículo nacional consistente. Hoje a posição do Vietnã, que focou nas suas fragilidades, e não em prédios escolares

sofisticados com recursos atraentes para esportes ou artes, é bem superior no ranking do Pisa aos Estados Unidos, seu principal inimigo na guerra.

O que o Brasil precisa fazer nesse terreno? Acertam os candidatos quando falam em ampliar a jornada escolar. Mas isso não é suficiente: mais horas sem currículo claro, ou apostando apenas na receita de aulas pela manhã e oficinas de esportes e artes à tarde, não mudam o cenário. Precisamos de aumento de carga horária das disciplinas em que estamos mais frágeis. Precisamos de um currículo nacional mais preciso que nos identifique como brasileiros e ajude o professor a desenvolver as competências necessárias (inclusive socioemocionais), no nível esperado para cada série. Precisamos também transformar as licenciaturas. A ênfase exagerada em fundamentos da educação e o desprezo por pedagogias específicas (como Didática de Matemática, por exemplo) têm levado os professores a chegar despreparados às salas de aula, especialmente nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. A formação continuada, infelizmente, em vez de compensar a limitada ênfase em prática de sala de aula, apenas reforça o que a universidade privilegia. Além disso, a reduzida atratividade da carreira tem resultado em pouca seletividade de candidatos ao ofício de professor.

É fundamental também mudar a dinâmica das aulas e dos cursos - menos fragmentação dos saberes num número excessivo de disciplinas no ensino médio, menos aulas expositivas escritas no quadro negro para cópia de adolescentes nativos digitais. Mais interação, discussão e aplicação de conceitos em atividades que engajem os alunos. Mais tecnologia associada a conteúdos que permitam certa personalização do processo de aprendizagem e religação dos saberes num currículo que faça sentido para o mundo do trabalho e para a vida.

Esforços consistentes têm sido empreendidos, como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Correta, para formar professores alfabetizadores nas redes, enfatizando soluções para a prática concreta do docente. O Brasil terá muito a ganhar se iniciativas como essa forem adotadas para os demais níveis (como começa a ser para o ensino médio), até mesmo para educação infantil.

Acertam também os candidatos quando se referem à urgente necessidade de expansão da educação infantil. As pesquisas demonstram que o impacto do investimento nessa fase transcende o conhecido efeito de nivelamento das diferenças de origem social no desempenho no primeiro ano de escolaridade e se traduz também em melhor qualidade de vida. Mas para isso é importante pensar num currículo adequado a essa faixa etária, e não apenas num espaço para deixar as crianças seguras enquanto as mães trabalham. Mais importante ainda é a atração, formação e retenção de professores especializados em primeira infância.

Qualidade da educação começa com o professor. Bem formado, selecionado, motivado e com materiais necessários à sua prática e adequados a um currículo que assegure sequenciamento e equidade. É possível chegar lá!